

## MUDANÇA E ÁGUA NO SUL DE PORTUGAL: A BARRAGEM DE ALQUEVA E A ALDEIA DA LUZ\*

CLARA SARAIVA

\* Uma versão anterior deste texto foi publicada no artigo "Aldeia da Luz: entre dois solstícios, a etnografia das continuidades e mudanças", *Etnográfica*, v. VII, n. 1, 2003.

**R E S U M O** *O projeto de construção de uma megabarragem no Alentejo, uma zona extremamente árida no sul de Portugal, teve os seus inícios nos anos 50, durante o regime salazarista, mas só se concretizou no início do século XXI. A imensa albufeira<sup>1</sup> a que a barragem deu origem inundou uma área que abrangeu a Aldeia da Luz, que por esse motivo foi inteiramente trasladada para outra localização. A fecho das comportas deu-se em fevereiro de 2002; no verão e outono do mesmo ano, a população foi transferida, e, durante 2003, a velha Luz foi completamente demolida. Hoje em dia, passeia-se de barco por cima do local onde estava a antiga Luz. Este texto fornece o contexto em que o projeto de Alqueva se desenvolveu, a caracterização geral do clima social que acompanhou o processo e o resumo do que foram os acontecimentos principais e as vivências no período da mudança e de início da adaptação a um novo território e uma nova situação.*

**P A L A V R A S - C H A V E** *Portugal; água; barragem; deslocamento de populações.*

**A B S T R A C T** *The project for the construction of a mega-dam, in an extremely dry area of Southern Portugal had its beginnings in the 50s, under the Salazar regime. It was only after decades of advances and delays that its construction finally took place. The huge lake flooded an area which included the Village of Luz, that therefore had to be entirely moved into another location. The closing of the flood-gates took place in february 2002; that year the population was transferred, and in 2003 the old Luz was completely demolished. Nowadays, one goes by boat over the site where the old village once existed. This text provides the general context in which the Alqueva project was developed and a general description of the social climate surrounding the process. It also gives a summary of the main events and experiences during the dislocation period and the initial adaptation to a new territory and a new life situation.*

**K E Y W O R D S** *Portugal; water; mega-dam; population displacement.*

**1** Represa artificial de águas pluviais, dos rios ou do degelo. Cf. dicionário eletrónico <<http://www.portoeditora.pt/dol/default.asp?param=08010100>>. (N. do E.)

## A MEGABARRAGEM

Quem não ouviu falar  
Na Barragem do Alqueva  
Pelos jeitos que leva  
Nossa Aldeia vai acabar

E nós temos que abalar  
Daqui para outro lado  
Porque já está marcado  
Aonde a outra vão fazer

É verdade podem crer  
Estou muito preocupado

João Chilrito Farias<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Poeta local, autor de muitas quadras alusivas ao processo de Alqueva e ao abandono forçado da aldeia.

A Barragem de Alqueva, cujas comportas se encerraram em 2002, é a maior da Europa, com cerca de 96 m de altura e uma área de 250 km<sup>2</sup>, no seu nível de armazenamento pleno à cota 152. Albufeira e barragem situam-se no rio Guadiana, o grande rio do sul do país, nessa região extremamente árida que é o Alentejo, na metade sul de Portugal. O empreendimento atinge 19 concelhos do Alto e Baixo Alentejo; a albufeira tem uma capacidade total de 4.150 milhões de m<sup>3</sup> (com 3.150 milhões de m<sup>3</sup> de capacidade útil), e o seu sistema global de rega pretende equipar uma área com cerca de 110.000 ha e será composto por uma rede de canais e condutas que atingirão um desenvolvimento de 5.000 km. Os objetivos gerais dessa gigantesca estrutura, alterados ao longo de sucessivos reajustamentos, prendem-se com a constituição de uma reserva de água vital na luta contra a seca e a garantia do abastecimento regular de água às populações; a alteração progressiva do modelo de especialização da agricultura no sul do país, disponibilizando 110.000 ha de área de rega; a produção de energia hidroelétrica; o combate à desertificação física e populacional através da incrementação do mercado de emprego regional, a par da dina-

mização agrícola, industrial e turística – esta última apoiada no desenvolvimento de potencialidades turísticas possibilitadas por um espelho de água com 250 km<sup>2</sup> de área e margens que ultrapassam os 1.000 km de extensão.

Numa zona do país com clima seco e escassez de água, a Barragem de Alqueva surgiu como um sonho de mudança para melhor, mas transformou-se, ao longo da segunda metade do século XX, num “elefante branco”, um projeto que avançava e recuava, de que se ouvia falar, mas parecia nunca se vir a concretizar, mercê de opiniões divergentes, condicionamentos vários e complexidades das conjunturas econômicas e políticas que se foram sucedendo.

Os primeiros estudos para um plano de rega do Alentejo foram efetuados em 1957, e o Convênio Internacional Luso-Espanhol, celebrado em 1968, previa já a construção da grande barragem, como elemento fulcral e incontornável de todo o empreendimento. Após progressos e retrocessos, em 1975, já após o 25 de abril de 1974, o projeto herdado do Estado Novo é definitivamente reiniciado, com a decisão governamental de lhe dar corpo e o início dos trabalhos em Alqueva, em 1976. As obras preliminares duraram apenas dois anos, o tempo de construir as ensecadeiras<sup>3</sup> de montante e jusante, o túnel de desvio provisório do rio, os acessos e as infra-estruturas de apoio, e foram novamente interrompidas em 1978, tendo o empreendimento entrado numa fase de avaliações e novos estudos. Com uma nova decisão governamental de retoma em 1993, é criada a Comissão Instaladora da Empresa de Alqueva, que preparou e lançou os primeiros concursos públicos internacionais com vista à prossecução do projeto. Essa comissão dá lugar, dois anos mais tarde, à EDIA (Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva S.A., uma sociedade anônima de capitais exclusivamente públicos), sensivelmente na mesma altura em que se retomam os trabalhos em Alqueva. Em maio de 1998, têm lugar as primeiras betonagens que dão corpo à desejada mas polémica obra no Alentejo. Em fevereiro de 2002, as comportas são encerradas e inicia-se o enchimento da barragem.

<sup>3</sup> Tapumes que cercam as construções feitas em nível mais baixo que o da água, para se trabalhar em seco. Cf. <<http://www.portoeditora.pt/dol/default.asp?param=08010100>>. (N. do E.)

As modificações observadas ao longo dos tempos na listagem dos objetivos da construção da gigantesca estrutura que é a Barragem de Alqueva e a sua albufeira prenderam-se não apenas com as mutações e os avanços tecnológicos operados, mas também com as contingências da crescente escassez de água potável no planeta e a decorrente mudança no modo de olhar esse elemento, que passou assim de bem da natureza comum e público a patrimônio valorizado. Conseqüentemente, a noção de barragem como grande geradora de energia elétrica, se bem que não totalmente posta de lado, é suplantada por outras prioridades, como a que salienta o valor do elemento aquático, a par da intenção de recuperar uma região pobre e esquecida, sem alternativas de emprego e repulsora das camadas jovens da população. Desse modo, nos objetivos estruturantes enunciados e publicamente apresentados pelos dirigentes da Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva (EDIA), a “constituição de uma reserva estratégica de água” surge em primeiro lugar, secundada pela “garantia de abastecimento regular de água” e pela “alteração do modelo de especialização da agricultura do sul do país”, seguida do “reforço da capacidade instalada para produção de energia elétrica”, da “criação de potencialidades turísticas” e da “dinamização do mercado regional e do tecido empresarial” (Serrão, 1999).

Em resposta a pressões e críticas vindas de vários quadrantes, ao longo de décadas, que condenavam o poder central pela fraca atenção dada ao Alentejo, a tônica posta na recuperação social e econômica dessa região fez com que as parcerias portuguesas e comunitárias que se estabeleceram com vista à prossecução do projeto abarcassem um conjunto de medidas e ações – incluindo a gestão ambiental, o apoio aos setores econômicos e a formação profissional – que se propunham reabilitar o sul, promovendo uma gestão equilibrada e sustentada de recursos naturais de modo a criar mais-valias para a população residente (Serrão, 1999, p. 21).

Com o avanço do projeto, as dúvidas e as críticas avolumaram-se, em estudos das mais variadas áreas, desde as ciências na-

turais, aos estudos ambientais, de engenharia e economia, a outros de cariz mais social e humano. A discussão em torno dos benefícios e malefícios do projeto intensifica-se a partir da retoma dos trabalhos em 1993 e as críticas e oposições vão num crescendo à medida que ele avança e os seus detalhes se tornam públicos e objeto de discussão nacional e internacional, em que questões ambientais e patrimoniais adquirem um peso de relevo.

Os estudos e avaliações de impacto, realizados ou encomendados pela EDIA ou outras instituições públicas e privadas envolvidas no processo, sucedem-se. Com a consciência de que uma obra com as dimensões de Alqueva implicaria uma profunda alteração na paisagem, nos marcos históricos e na cultura da região, procurou-se criar compromissos de minimização dos impactos na zona, através de programas de salvaguarda arqueológica e ambiental, de âmbito técnico-científico (Silva e Lança, 2001, p. 3).

Sendo a transferência da Aldeia da Luz um dos problemas mais candentes no nível social e humano, abundaram igualmente os trabalhos com vista à caracterização social, económica, demográfica e patrimonial, destinados a avaliar o impacto projetado de todo o projeto sobre essa população e esse espaço. Multiplicaram-se as informações nos meios de comunicação social, os colóquios, debates, estudos e as publicações; Alqueva foi-se paulatinamente instalando na mente dos portugueses como assunto da ordem do dia, e a Aldeia da Luz passou a fazer parte desse complexo público: de aldeia perdida do concelho de Mourão, tornou-se assunto de primeira página dos jornais nacionais e das notícias das principais cadeias televisivas nacionais.

## A VELHA LUZ

Adeus Rua do Rossio

Adeus Sociedade

Adeus Museu de Antiguidades

Tudo feito com muito brio  
Adeus Fonte do Rossio  
Adeus Travessa do Caneiro  
Ainda digo adeus primeiro  
Ao antigo lavadouro  
    Despeço-me com muito amor  
Adeus Rua Sá-Carneiro  
Digo adeus à taberna  
Do Francisco Carrilho  
Seguindo o mesmo trilho  
Adeus Café Lanterna  
Falando de coisas modernas  
    Tal como elas são  
Tenho a preocupação  
    Não me esqueça alguma coisa  
Adeus café da Lousa  
Adeus Rua de Mourão

João Chilrito Farias

A velha Aldeia da Luz, situada a cerca de 9 km de Mourão e pertencente ao mesmo concelho, distrito de Évora, estava implantada numa zona abundante em água nos vales que a delimitavam, a poente e a sul, onde corriam os rios Guadiana e Alcarrache. Essa área era por isso rica em vestígios arqueológicos, testemunhos de uma intensa ocupação humana desde os tempos mais remotos da idade do cobre, que entraria para a história com a chegada dos romanos e a implantação de estruturas como a do Castelo da Lousa.

A povoação devia as suas origens à implantação do santuário de louvor a Nossa Senhora, com base na lenda do aparecimento da Virgem a um pastor, num local onde certamente já existiam cultos mais antigos ligados à virtude das águas. A utilização desse lugar deverá ter estado inserida na rota das vias comerciais e de peregrinação que cruzavam o grande rio Guadiana, ligando o norte e o sul da antiga Lusitânia. Os dados mais concretos são da segunda metade do século XVIII, relativos às memórias paroquiais

de 1758, que aludem à existência de 31 vizinhos e 117 moradores na Luz. O documento menciona ainda a importância das visitas de “romeiros oriundos de Mourão, Reguengos e São Marcos, particularmente nas sextas-feiras de março e por altura das festas e missas da Senhora da Luz, no segundo domingo de setembro, o que motivara a construção de casas de romagem” (Monteiro, 2003, p. 28). A igreja parece então afirmar-se como um

pólo aglutinador das gentes da Luz, bem como de outras paragens, que associam as vivências religiosas a um quotidiano ligado às atividades agrícolas, à produção de cereais (trigo, centeio, cevada), aos olivais, azinhais, ferragiais, à rega e à moagem nos açudes, à pesca (barbo), à construção e manutenção das casas, aos vários mesteres, gentes que compram e vendem as suas propriedades, que contraem empréstimos e hipotecam os seus bens, que frequentam o ensino elementar na escola mista, que passam pelos atos simbólicos das suas vidas (batizado, casamento e óbito), passando pela igreja, e que se queixam ainda a 10 de julho de 1877, apesar das leis aprovadas em nível nacional, da falta de terrenos e de meios financeiros para construir no terreiro da igreja o cemitério que poria fim aos enterramentos na igreja (Monteiro, 2003, p. 28-9).

Nos finais do século XX, à data em que se iniciou o processo de Alqueva, a Luz era uma freguesia pouco povoada e com características predominantemente rurais. A zona em que se inseria fazia parte da peneplanície alentejana, com um clima de afinidades mediterrânicas e continentais; da zona pluvial partiam diversos cursos de água que se iam reunir ao rio Guadiana e a um dos seus principais tributários, a ribeira de Alcarrache.

No seio de uma zona do país envelhecida, que sofreu nas décadas de 60 e 70 a saída para o exterior das camadas mais jovens da população, a Luz contava em 1991 com 394 residentes (número que desceu para 363 em 2001), que se distribuía em cer-

4 *Tapada*: mata vedada por muro, geralmente destinada à criação de caça; terreno murado. Cf. <<http://www.portoeditora.pt/dol/default.asp?param=08010100>>. (N. do E.)

5 *Sequeiro*: culturas sem rega; privado de água; terreno de sequeiro, terreno sem água. (N. do E.)

ca de 185 parcelas, constituídas por habitações e respectivos anexos, quintais e tapadas.<sup>4</sup> Na ocupação agrícola dominava a exploração cerealífera extensiva de sequeiro,<sup>5</sup> intercalada por olivais; a pecuária, assente na criação de bovinos, caprinos e ovinos, complementava esse sistema. Desse modo, para se caracterizar a base econômica da população da Luz, tem de se contar com o cultivo de pequenas parcelas, na maioria com menos de 10 ha, dedicadas sobretudo ao cultivo de cereais, oleaginosas, produtos agrícolas, olival e pastagens. Essa agricultura era quase exclusivamente de tipo familiar, desenvolvida em explorações por conta própria e alguns casos de arrendamento, e sobretudo pelos mais velhos.

Nos quintais adjacentes às casas criavam-se animais de caçoeira e cresciam árvores de fruto e, em pequenos canteiros, produtos hortícolas e ervas aromáticas, importantes na cozinha regional alentejana, como o poejo, os coentros e os alhos. Algumas famílias possuíam alguma vinha; as hortas, situadas ao longo do caminho conducente ao lavadouro público, forneciam legumes e frutos para consumo familiar. Havia cerca de seis casas que se dedicavam à criação de gado miúdo (ovino ou caprino) para venda ou fabrico do queijo; duas dessas unidades tinham também criação de gado grosso e uma terceira tinha investido no gado suíno.

A falta de capacidade concorrencial das formas de exploração locais (IHERA, 1999, p. 29), aliadas a oportunidades de melhoria das condições de vida noutros setores de atividade e noutras zonas, levou a um reforço do êxodo rural e ao conseqüente abandono da atividade agrícola. Assim, a juntar à quebra da população ativa empregada no setor primário, deu-se o incremento do setor secundário – representado na freguesia pelo emprego na construção civil e na indústria de extração de cascalho, areia e xisto – e do setor terciário, que entretanto se tornou bastante dinâmico, sendo as duas atividades predominantes o comércio e a restauração e ainda a área dos serviços.

A situação de relação das atividades agrícolas com a camada mais idosa da população era também reflexo do referido alto grau

de pluriatividade dessa freguesia, em que grande parte dos produtores individuais e da população agrícola familiar tinham uma atividade lucrativa exterior, sobretudo do setor terciário e dos empregos na capital do concelho e outras vilas circundantes; algumas famílias viviam e trabalhavam na área da grande Lisboa, mas mantinham as suas casas na aldeia, onde volviam aos fins de semana e nos períodos de férias.

Dispondo de um centro de saúde, um centro de dia para os idosos, uma escola primária e um jardim de infância, além dos pequenos comércios e cafés locais, era servida por visitas regulares de vendedores ambulantes, que percorriam as aldeias da região em dias diferentes da semana e que constituíam um importante eixo de ligação ao exterior.

De um modo geral e mesmo tendo em conta o pluriemprego à data do fecho das comportas da barragem em 2002, podemos afirmar que a Aldeia da Luz representava, como muitas outras povoações do interior do país, um resíduo de ruralidade num país em que o declínio da agricultura se acentuou após a década de 60 e em que o mundo rural e arcaico que se havia perpetuado até à primeira metade do século XX desapareceu perante as inovações e mudanças no estilo de vida das pessoas que se deram na segunda metade desse mesmo século.

Exceptuando dois agregados familiares de proprietários, residentes na área da grande Lisboa, os habitantes da Luz eram sobretudo descendentes de seareiros<sup>6</sup> e trabalhadores rurais (na aceção dada por Cutileiro, 1977, na sua monografia sobre a vizinha Vila de Monsaraz), que trabalhavam nas terras dos primeiros e sobretudo de latifundiários das zonas circundantes, em cujos “montes” – núcleos centrais das grandes propriedades agrícolas – muitos também cumpriam a função de feitor, caseiro, pastor, maioral ou porqueiro. Outra série de ocupações principais ou complementares tinha a ver com os ofícios tradicionais ou artesanais de apoio à agricultura que sustentaram um modo de vida autárquico, que caracterizou o mundo rural português até finais dos anos 50: moleiro,<sup>7</sup> maquilão,<sup>8</sup> tosquiador, ferreiro, abegão,<sup>9</sup>

<sup>6</sup> Arrendatários de pequenas parcelas que apenas tinham direito à seara, e não ao restolho, importante para a alimentação do gado miúdo.

<sup>7</sup> Dono de moinho, aquele que trabalha em moagem. Cf. <<http://www.portoeditora.pt/dol/default.asp?param=08010100>>. (N. do E.)

<sup>8</sup> Moço de moleiro que leva a farinha aos domicílios. (N. do E.)

<sup>9</sup> *Abegão*: indivíduo que faz carros, arados e outros instrumentos agrícolas. (N. do E.)

10 *Taipa*: parede feita com terra argilosa. (N. do E.)

11 Operário que faz telhas. (N. do E.)

pedreiro, mestre da taipa<sup>10</sup> ou dos telheiros,<sup>11</sup> entre outros. A estas juntavam-se o fabrico de produtos alimentares locais, como o queijo de cabra, a caça, a recolção de espargos e “silarcas” – nome local dado a uma espécie de cogumelos enterrados – e a pesca no Guadiana, a que muitos se dedicavam e que significava uma contribuição importante para a alimentação da casa. A matança do porco, importante marco no ciclo de vida anual, tinha normalmente lugar entre dezembro e janeiro, quando as temperaturas mais frias permitem realizar calmamente a repartição dos diferentes tipos de carne e o fabrico dos enchidos, postos em seguida no “fumeiro”, na chaminé da casa.

Algumas famílias de seareiros foram ascendendo, ao longo de gerações e mercê de seu trabalho e de sucessivos investimentos em terras, a uma posição social e economicamente confortável. A emigração para a Suíça e França, sobretudo entre o final da década de 60 e início da de 80, teve um papel preponderante na evolução da estrutura socioeconômica da Luz. Muitos chefes de família trabalharam por períodos mais ou menos longos (5, 10, 15 anos) nesses países, área da construção civil e jardinagem, e conseguiram equilibrar orçamentos e fazer poupanças que investiram, muitas vezes, em melhoramentos nas casas, aquisição de terras ou na ajuda aos filhos, quando estes formaram as suas próprias unidades familiares autônomas.

Chegamos assim ao fim do século XX, altura em que a Luz compreendia uma área urbana que rondava os 16 ha. A aldeia e a sua zona envolvente marcavam a paisagem em sintonia com a natureza, e na sua arquitetura foram utilizados, ao longo de séculos, os materiais à disposição na região – a terra e a pedra –, obedecendo ao padrão da casa térrea e caiada de branco, característica do sul do país (Oliveira e Galhano, 1992). A maior parte das casas da Luz, sobretudo as mais antigas, tinham sido construídas pelas mãos das próprias pessoas, por vezes com ajuda dos mestres taapeiros e dos telheiros, constituindo assim exemplos de arquiteturas populares que refletiam amiúde as vicissitudes das vidas das famílias e as dificuldades por que passaram para conseguirem

“a sua casinha”. No verão, as casas abriam-se para o exterior, a rua passava a ser uma extensão delas, e as sociabilidades femininas desfilavam ao longo das soleiras das portas, onde as mulheres se sentavam para conversar.

### “O ALQUEVA ERA UM MEDO”

Desde as primeiras referências ao projeto de Alqueva, relativamente ao Plano de Rega do Alentejo, na segunda metade da década de 50, que a Luz ouvia falar da possibilidade da barragem como uma ameaça que pairava sobre o destino da aldeia. Entre essa data e o decisivo avanço dos trabalhos em 1993, a altura em que a população teve mais consciência da possível continuidade do projeto coincidiu com esse curto período entre 1976 e 1978, em que se iniciaram as obras com vista à edificação da barragem e se efetuaram os primeiros estudos de carácter social sobre a Luz (Fonseca, s.d.). Mas esse período de relativa agitação foi seguido de um tempo muito mais longo de pausa; a sucessão de retomas e interrupções dos trabalhos agravaram a desconfiança e incredibilidade dos luzenses de que “o medo de Alqueva” se transformasse algum dia em realidade e a aldeia viesse a ser submergida.

A preocupação com o destino dos habitantes da aldeia a submergir pelas águas da imensa bacia de retenção esteve presente desde o começo do projeto. Uma das hipóteses iniciais era a construção de diques, mantendo a aldeia no seu sítio, mas esta foi de imediato posta de lado pela população, o que é compreensível, numa zona onde não se está habituado à convivência com grandes massas de água. Assim, as primeiras sondagens visavam saber se as pessoas preferiam a mudança da aldeia ou uma indenização pecuniária. Apesar de haver já uma clara preferência pela primeira hipótese (“nós sempre quisemos casa por casa e terra por terra”),<sup>12</sup> em 1993 o então presidente da Junta de Freguesia fez circular um questionário informal, em que os habitantes deveriam

<sup>12</sup> As pequenas parcelas de terra em torno da aldeia naquilo que foi definido como “a unidade agrícola mínima” foram repostas com parcelas equivalentes. As propriedades de maior dimensão foram alvo de expropriação e compensadas pecuniariamente. Este não é, no entanto, o objetivo deste artigo e não se vai aqui, por conseguinte, desenvolver esse tema.

indicar se queriam a nova aldeia construída no perímetro da freguesia ou noutra local.

A junta recebeu cerca de 157 respostas (de um total de 180 famílias), que confirmaram a vontade da Luz se manter uma comunidade e de ser reinstalada tão próximo da antiga aldeia quanto possível. Os trabalhos foram retomados ainda no ano de 1993; o bloqueio definitivo e legalmente institucionalizado à dinâmica de crescimento da aldeia concretizou-se em 1995, quando a Câmara Municipal de Mourão e a EDIA publicaram um decreto a proibir qualquer construção subsequente na Luz. As perspectivas de desenvolvimento da aldeia restringiram-se; muitos casais jovens com planos de aí se estabelecerem viram-se forçados a ir para terras vizinhas, desde Reguengos de Monsaraz a Évora: o atual presidente da junta contabiliza a perda de cerca de 20 casais nesse processo.

De acordo com a opinião local, expressa nomeadamente pelas autoridades da aldeia, “as pessoas nunca acreditaram no Alqueva” e pensa-se que houve um processo de “dissolução de vontade”, por parte do poder central, de fazer com que a população só fosse acreditando paulatinamente nessa nova realidade que seria a barragem, de modo a não oferecer uma resistência franca (política e social) contra o projeto. Tal terá sido conseguido através de uma genérica falta de informação em relação ao projeto e uma sucessão de dados contraditórios, que numa altura indicavam que tudo iria avançar para logo a seguir tudo parar. Essa suspeição faz parte de um contexto real em que todo o processo de Alqueva decorreu, num clima permanente de conflito de idéias, de fazer e desfazer, de tentativa e erro, muito sentido pela população e pela Junta de Freguesia, como intermediária no diálogo da população com a EDIA e o poder central.

Quando finalmente as obras avançaram e a nova aldeia começou a tomar forma, as angústias dos seus habitantes irromperam. Para além do abandono forçado das casas em que os filhos nasceram e do território familiar das ruas, da transformação irreversível da paisagem, da perda de terrenos, hortas e campos de

cultivo, foi a gestão da identidade local e dos indivíduos enquanto elementos ativos de unidades sociais familiares que surgiu como questão fulcral e extremamente complexa.

No seio de um clima social e psicologicamente perturbado, todo o processo de concepção e concretização da nova aldeia foi, forçosamente, moroso e difícil. Ao longo de anos e de vários concursos públicos, formaram-se diferentes equipas que projetaram a aldeia, os vários equipamentos públicos e finalmente aquilo que a EDIA denominou “o espaço monumental”, constituído pela igreja matriz, o cemitério e o novo museu projetado para a Nova Luz. Para estabelecer uma ponte entre os vários elementos intervenientes no processo – nomeadamente com as diversas equipas de arquitetos projetistas –, foi criado o GRAL – Gabinete de Reinstalação da Aldeia da Luz –, o pólo local da EDIA,<sup>13</sup> cujos técnicos passaram a operar na aldeia em estreita ligação com os habitantes. Após anos de conversações e trabalhos, retrocessos e atrasos, em 2002, quando as comportas se fecharam, a nova aldeia estava praticamente pronta a receber os seus ocupantes.

<sup>13</sup> A sede da EDIA é em Beja, existindo igualmente um pólo da empresa em Lisboa.

## O SOLSTÍCIO DE VERÃO E A TRASLADAÇÃO DOS MORTOS

A mudança de toda a Aldeia da Luz para um novo local acarretava o problema melindroso da trasladação integral da comunidade dos antepassados, já que a velha necrópole seria também submergida pelas águas. O cemitério fazia parte de um conjunto que distava cerca de 1 km do núcleo populacional e que integrava a igreja matriz, do século XV (com posteriores acrescentos, visíveis nas influências góticas dos portais e capitéis e nas características renascentistas da capela batismal), e a praça de touros: um conjunto que simbolicamente unia as esferas da morte e da festa, do sagrado e do profano. O percurso entre a aldeia e o santuário era marcado pelas cruces junto às quais se rezavam antigamente os responsos nos cortejos fúnebres que conduziam os defuntos ao cemitério; e era também este o caminho percorrido todos os anos

pela procissão solene em honra de Nossa Senhora da Luz, no primeiro domingo de setembro, e pelas gentes que acorriam à tourada de sábado e à vacada de segunda-feira, integradas nesses festejos do final do verão em honra da santa padroeira da freguesia.

Tendo sido decidido pelos luzenses que “não abandonariam as suas alminhas” e que a mudança dos mortos deveria anteceder a dos vivos, o cemitério foi integralmente trasladado em julho de 2002. No sábado, dia 22 de junho, realizou-se uma missa na igreja matriz, seguida por uma derradeira cerimônia religiosa no velho cemitério, presidida pelo bispo auxiliar de Évora, em que a população se despediu desse espaço – as famílias alumiarão as almas dos defuntos, acendendo uma lamparina, e colocaram uma flor nas sepulturas – e cerrou-se simbolicamente o portão. Este foi um momento de catarse emocional coletiva forte, em que as pessoas se sentiram unidas na dor que lhes causava esse abandono forçado dos mortos.

Seguiu-se uma romagem até ao novo cemitério, na nova aldeia, onde se procedeu à bênção do campo sagrado e onde, num simulacro simbólico do processo que se seguiria – já que nessa altura todas as campas se encontravam vazias – e na seqüência do que tinham feito no velho cemitério, cada família acendeu igualmente uma lamparina e colocou uma flor nos ocos que viriam a ser a nova morada dos seus antepassados.

Numa comunidade que já se sentia vitimada pela decisão superior da submersão da aldeia, a trasladação do cemitério constituiu o expoente máximo da violação de privacidade e tocou o âmago sagrado da relação das pessoas com a morte, vista como disruptor por excelência da harmonia familiar e social; partilhando as mesmas concepções sobre a morte e a relação com o mundo do além, a repetição do sofrimento e dos gestos de cada família funcionou como um meio de reforço da identidade local. Um desses gestos repetidos foi o “alumiar das alminhas” nos dois espaços cemiteriais.

A noção de que as alminhas “não se podem sentir sozinhas e precisam de uma luz para as guiar” é recorrente na relação dos vi-

vos com os mortos e um exemplo da noção mais geral da necessidade do integral e do cuidado no cumprimento dos rituais, de modo a que a alma ascenda ao seu lugar devido na esfera do além e que, desse modo, se mantenha uma boa relação entre os dois mundos. Nesse caso, ela é ainda correlária da importância dada ao espaço – real e simbólico – e ao território ocupado pelos defuntos, onde, através nomeadamente dos cuidados dispensados na manutenção e embelezamento das sepulturas, se atualiza fisicamente essa relação (Saraiva, 1996). O gesto de alumiar funcionou aqui como alívio no peso de consciência que as pessoas sofriam por sentirem que estavam a abandonar os seus mortos. A continuidade dos gestos entre os dois espaços físicos – o velho cemitério onde as almas ficavam e o novo para onde elas iriam – ajudou também a mitigar a dor sentida pelos luzenses.

Essa data coincidiu com a festa anual em honra do Sagrado Coração de Jesus. À tarde, na praça de touros por baixo do cemitério encerrado, teve lugar uma das tradicionais vacadas. À noite, no pátio das instalações da junta no centro da aldeia – onde, na noite anterior, se tinham visto diapositivos que mostravam a paisagem circundante da aldeia tal como ela tinha permanecido até fevereiro de 2002 (data do fecho da comportas e do consequente início da subida do nível das águas) –, a banda tocou e bailou-se ao som do conjunto Nova Luz, grupo de *rock* organizado e composto por jovens da aldeia, que nesse dia celebrava o seu sexto aniversário.

A opção de juntar a festa do Sagrado Coração com as cerimônias de encerramento do velho cemitério e a bênção do novo provocou alguma controvérsia na aldeia, e muita gente não foi à vacada por ter achado mal essa junção de celebrações. A justificativa para a sobreposição de datas (até porque a festa do Sagrado Coração costumava realizar-se uma ou duas semanas mais cedo) dada pela organização e pela Junta de Freguesia prendeu-se com a preocupação em aliviar e não enfatizar o lado emocional e negativo do encerramento do cemitério, distraindo as pessoas com a festa aliada às celebrações do Sagrado Coração. Esse

episódio ilustra a complexa gestão de emoções coletivas que tem pautado todo o processo de concertação e mudança da aldeia, tal como a noção desenvolvida pela antropologia, que olha as emoções como algo gerido e muitas vezes mesmo controlado social e culturalmente, sublinha Lutz (1988), Lutz e Abu-Lughod (1990), Lutz e White (1986) e Rosaldo (1984).

Na semana seguinte procedeu-se aos trabalhos preparativos da trasladação. A zona do cemitério, que estava já inteiramente vedada, foi interdita, e a partir daí só a equipe que trabalhou na processo pôde lá entrar. A trasladação iniciou-se no dia 28 de junho e durou 13 dias; foram mudados uma média de 12 corpos por dia. Os féretros saíam em carro fúnebre do velho cemitério e seguiam por uma estrada exterior ao núcleo populacional, de modo a evitar o trauma coletivo que constituiria o desfile diário de 12 a 20 funerais pelo meio da aldeia.

As famílias aguardavam os seus defuntos no novo cemitério, onde se procedia à inumação das urnas nos novos ocos. Seguiu-se um critério de convocação por famílias, em que se tentou que os defuntos de uma unidade familiar fossem todos mudados no mesmo dia, de modo a evitar várias deslocações ao cemitério – propósito dificultado pelo grau de endogamia da Luz, em que quase todos são aparentados por laços de consaguinidade ou afinidade. O projeto do novo cemitério respeitou as especificidades da antiga necrópole, com os “occos” característicos da zona – sepulturas exteriores, elevadas em relação ao solo, o que faz com que a inumação não seja feita, na maioria dos casos,<sup>14</sup> na terra e o processo de decomposição dos corpos seja aeróbio –, onde as posições relativas de cada sepultura se mantiveram inalteradas. A manutenção do aspecto físico de cada campa e da vizinhança das sepulturas visou minimizar os problemas decorrentes da transposição desse campo sagrado para o novo espaço, permitindo às pessoas uma fácil identificação das suas sepulturas familiares: as mesmas pedras ou outras semelhantes revestiram os novos ocos, e todas as cabeceiras de sepultura, lápides, jarras e outras decorações foram igualmente transferidas para o novo cemitério.

14 Já que muitos dos ocos são duplos, o corpo que fica por baixo tem por vezes contato com a terra, o que não acontece com os do nível superior.

Foram dias difíceis, em que se reviveram as mortes que marcaram as vidas das famílias, um trauma aumentado pela repetição do ato mais de uma dezena de vezes, diariamente. Mexer na comunidade dos mortos foi também tocar na memória sagrada de uma aldeia, que ultrapassou os restos mortais individualmente identificados que foram trasladados. Esse processo despoletou uma catarse coletiva e um sentimento de solidariedade derivada do sentimento da união na dor. Com os seus mortos no novo espaço, só restava aos luzenses aceitarem com resignação que os vivos se mudassem também.

## PREPARAR A MUDANÇA

Entre meados de julho e meados de agosto, todas as unidades familiares que iriam receber habitações na nova aldeia foram convocadas individualmente para uma visita final à casa. Nessa visita estavam presentes dois elementos da EDIA, dois representantes da população que tinham acompanhado o processo de concertação e de discussão dos projetos de cada casa desde o início e as famílias. O objetivo final dessas visitas era, no dizer da empresa, “a entrega das chaves das casas aos seus proprietários”. Eram passadas em revista as discrepâncias existentes relativamente ao projeto aprovado, com as sucessivas alterações a que se tinha chegado por acordo entre as partes, e o produto final patente na casa construída.

Na maioria dos casos, as divergências foram renegociadas, tendo sido atribuídas às famílias indenizações pecuniárias por elementos ou detalhes lacunares ou que estavam diferentes do acordado, de montante variável e adequado a cada caso. Quando se conseguia de imediato um acordo, as chaves eram entregues e as pessoas podiam começar a proceder a limpeza com vista à mudança, marcava-se a data para se ir à Junta de Freguesia receber o cheque referente à indenização e, posteriormente, as pessoas eram contactadas pelos serviços centrais da EDIA, em Beja,

para a marcação da escritura. A partir do momento em que esta se concretizava, as velhas casas da antiga Luz passavam oficial e juridicamente para a posse da EDIA.

A questão da data da mudança tinha sido um dos principais pontos de discórdia e controvérsia na aldeia nos últimos meses. Uns defendiam que se devia começar a mudar o mais depressa possível, enquanto outros eram da opinião que a mudança só podia ter lugar após as festas de setembro de Nossa Senhora da Luz. Muitos achavam uma vergonha a procissão percorrer as ruas que, ao contrário do que sempre aconteceu, não seriam caiadas, limpas e alindadas para o grande dia da passagem da procissão solene pelas artérias da velha aldeia, rumando depois à igreja matriz.

A solenidade atual dessa celebração adquiria nesse verão de 2002 uma ênfase acrescida: ao fim de se repetir, desde há cinco anos, que “esta festa será a última na velha aldeia”, era agora óbvio – com as comportas da barragem fechadas, o nível das águas a subir, a nova aldeia pronta e a maioria das chaves das casas já entregues aos seus novos proprietários – que esse seria real e definitivamente o último ano da grande festa da santa padroeira na sua velha morada e na antiga igreja matriz.

É importante perceber o significado simbólico e a importância dada a esse santuário e à lenda da sua origem, que fazia com que o sentido de pertença ao território estivesse enraizado no símbolo multivocal representado pela igreja, espaço sagrado de devoção mas também gênese do povoado e dos próprios luzenses.

Na década de 80 construiu-se no Largo 25 de Abril, o centro da aldeia, uma capela – erigida em honra ao Sagrado Coração de Jesus<sup>15</sup> –, onde se passaram a realizar as missas dominicais, novenas de maio, velórios e missas de corpo presente, isto é, os serviços religiosos mais correntes. Do ponto de vista da Igreja Católica, essa construção deveria ter efeitos positivos na assiduidade dos luzenses aos serviços religiosos, pela sua localização no âmbito da aldeia, evitando assim a desculpa de que não se ia à missa por ser a igreja “mú longe”. De fato, esse novo santuário facilitou, em termos práticos, a vida das mulheres da Luz,<sup>16</sup> até por se tornar mais

<sup>15</sup> Foi a partir dessa altura que se começou a celebrar a referida festa em honra ao Sagrado Coração de Jesus.

<sup>16</sup> Refiro-me a mulheres e não a homens, já que na Luz, à semelhança do resto do Alentejo, a prática religiosa é um assunto sobretudo feminino (França, 1981). São raros os homens que assistem às missas, aguardando normalmente no exterior o término destas. A participação masculina reporta-se sobretudo ao transporte dos grandes e pesados andores nas procissões solenes das festas da aldeia.

fácil encontrar o padre nessa capela central. A igreja matriz conservou a sua aura de santuário original e ficou reservada para ocasiões mais solenes, como casamentos, batizados, cerimônias especiais e a grande festa de setembro. No entanto, a relação emocional forte das pessoas da Luz continuou a ser com a igreja matriz, e não com a capela.

No seio de tanta controvérsia, percebeu-se que não havia tempo para mudar toda a gente antes da festa, nem fazia sentido que esta tivesse lugar na nova aldeia, com a maioria da população ainda a residir no velho núcleo. Finalmente, algumas famílias se mudaram antes da festa de setembro<sup>17</sup> – deixando, muitas vezes, uma cama ou um colchão na velha casa “para as noites da festa” –, mas o grosso das mudanças ocorreu nas semanas subsequentes às festas, havendo em alguns dias sete ou oito mudanças simultâneas ou consecutivas. Esse ritmo começou a diminuir a partir de finais de outubro. A mudança da aldeia, inicialmente planeada para agosto e setembro de 2002, estendeu-se praticamente até ao Natal de 2002:<sup>18</sup> chegamos assim ao solstício de inverno.

## A FESTA DE NOSSA SENHORA DA LUZ

A festa em honra de Nossa Senhora da Luz iniciou-se com a tradicional vacada noturna de sexta-feira à noite, num recinto improvisado no largo da escola, no centro da aldeia. No sábado de manhã, a alvorada foi feita com a banda de Mourão a tocar pelas ruas da aldeia e uma pequena procissão – em honra de santo António – pelas ruas da aldeia. À tarde, houve a atuação dos paraquedistas e a tourada na praça de touros; o arraial noturno foi abrilhantado pela banda de Mourão, pelos grupos corais de Mourão e da Luz e ainda pelos artistas de variedades musicais, seguidos pelo fogo de artifício e baile. O domingo foi o dia votado à devoção da Senhora da Luz, com a procissão pelas ruas da aldeia, a romagem até à igreja matriz e a celebração de missa solene, em que o padre invocou as circunstâncias peculiares vividas, a recen-

17 Uma única família tinha sido mudada antes do início da trasladação do cemitério, por motivo de doença de um dos membros dessa unidade.

18 Algumas famílias mais renitentes e com questões por resolver com a EDIA permaneceram na velha aldeia até março/abril de 2003, mas estes foram realmente apenas alguns casos isolados.

te transferência dos defuntos para a nova aldeia, a mudança em curso e a eminente destruição da igreja e da velha aldeia. Quando terminou a missa, pôde-se assistir ao fogo de artifício, sentados na bancada da praça de touros. Por trás, o terreno vazio onde antes tinha existido o cemitério e que parecia ter-se desvanecido como que por ação de um pincel mágico. Os luzenses foram confrontados nesse dia com o desaparecimento desse espaço: a grande maioria das pessoas da Luz não tinham voltado àquele lugar desde o dia da derradeira cerimônia de encerramento do cemitério, em junho.<sup>19</sup> Ele tornou-se, durante o período que durou a transladação, uma zona interdita, repleta de poluição e tabus que se refletiam nos comentários que circulavam na aldeia durante esse período e que se referiam à pestilência que os ventos traziam desse lugar onde os mortos estavam a ser profanados.

**19** Muitos já se tinham deslocado ali no dia anterior, para assistirem à tourada, mas a afluência à procissão e missa foi sem dúvida mais representativa.

À noite, de novo variedades musicais e baile até de madrugada; na segunda-feira, último dia da festa, a vacada ao fim da tarde, no recinto da praça de touros, e a música e o baile finais.

A grande festa de verão é, à semelhança do que acontece um pouco por todo o país, o momento por excelência de abertura da Luz ao exterior. Para além de familiares emigrados no estrangeiro ou na zona da capital, a fama das festas da aldeia atrai pessoas das redondezas e de várias outras regiões do Alentejo e é motivo de orgulho dos luzenses, sobretudo quando as comparam com as das aldeias e vilas circundantes e com o prestígio dos artistas que contratam: “Nós temos sempre os melhores! A Mariza vem este ano e já cá esteve há dois anos e vem também a Ana Malhoa e o pai! E aqui na Luz é sempre à borla,<sup>20</sup> nem fechamos o largo como fazem noutros sítios!” A festa de 2002, anunciada como a derradeira na velha aldeia, foi uma das mais concorridas de sempre.

**20** *Borla*: gratuitamente; de graça. Cf. <<http://www.portoeditora.pt/dol/default.asp?param=08010100>>. (N. do E.)

A efervescência da multidão que assiste ao espetáculo de variedades diminui ao longo do baile da madrugada e, a partir das 3 horas, 4 horas da manhã, o espaço, esvaziado dos “de fora”, é devolvido aos locais: as danças que se fazem às 4 horas ou 5 horas da manhã, com rodas e filas dançantes – como o “paquito” e o comboiozinho –, espelham relações de familiaridade que se per-

petuam entre as gentes da aldeia. Uma outra ocasião importante e reservada unicamente aos luzenses é o momento de encerramento das festas. Na terça-feira, cumprindo um ritual obrigatório e costumeiro, o presidente da Junta de Freguesia convidou toda a população a participar de um almoço comunitário na cooperativa da junta. Embora o convite fosse generalizado a toda a gente, só as pessoas que de algum modo tinham estado ligadas à organização da festa e a camada mais jovem compareceram. No final, os jovens decidiram ir tomar café na “nova aldeia”, no único estabelecimento aí já instalado – uma forma de marcar um dia diferente, que, como disse a jovem que insistiu em pagar a despesa na sua totalidade, “há tão poucas vezes em que estamos todos assim aqui juntos, tem de ser celebrado!” A opção pela escolha do café na nova e, à altura, pouco habitada aldeia é interessante e pode ser vista como uma afirmação simbólica da parte dos jovens da aceitação de um espaço que marcará as suas vidas futuras.

## DO VERÃO AO SOLSTÍCIO DE INVERNO: A MUDANÇA DOS VIVOS

Nos meses de setembro e outubro, as dinâmicas das duas aldeias foram inteiramente pautadas pelo ritmo das mudanças. À medida que se esvaziava a antiga Luz, ia-se enchendo a outra aldeia: cada dia havia mais casas habitadas e janelas abertas na nova povoação. Aos poucos, as portas das antigas ruas passaram a exibir o dístico que marcava o estigma da casa vazia e que, destinado a informar o carteiro local, podia também ser tomado como uma espécie de contagem decrescente conducente ao final da Luz: “Entregar o correio na loja da D. Adelina”.

De semana para semana, podia-se observar a diminuição do movimento nas ruas e a crescente azáfama nas artérias do novo núcleo. A escola, que abrange o ensino pré-primário e o primeiro ciclo, iniciou-se, tal como estava planeado, na data oficial de abertura do ano escolar, a 15 de setembro. A maior parte das fa-

mílias com crianças em idade escolar estava nessa altura já a residir na Nova Luz.

Os dias anteriores à mudança foram sempre marcados por uma grande azáfama: era preciso embalar os objetos, separar o que não se queria levar, preparar tudo para o dia da despedida da velha casa. As etiquetas com as designações das diferentes divisórias da casa eram colocadas nas caixas de modo a facilitar o processo de desempacotamento e arrumação na nova casa.

No dia da mudança, tudo era levado – do interior, das diversas divisões das casas: mobiliário, roupas, bibelôs e objetos embalados, candeeiros, eletrodomésticos e esquentadores; dos quintais e anexos: utensílios agrícolas e outros, plantas, animais domésticos e as suas respectivas “casas” (gaiolas de pássaros, casotas de cães etc.), lenhas. Para o transporte das plantas foi necessário, para muitas casas, um caminhão separado, dada a quantidade e o volume delas, e a vontade expressa pelas pessoas de “não deixarem lá as suas plantas a apodrecer debaixo de água”.

Após anos, meses de angústia, esses dias finais foram, para muitas famílias, mais fáceis do que eles próprios esperavam. Várias pessoas disseram que o que lhes custou mais foi o dia em que foram ao GRAL marcar a mudança e receber as caixas e as etiquetas para o empacotamento. Esses atos fizeram com que realizassem que a tal duvidosa hora da mudança sobre a qual tanto se havia falado e especulado se tinha, afinal, transformado numa certeza incontornável e contra a qual eles já não podiam lutar.

Apesar disso, a despedida da velha morada foi muitas vezes dolorosa e amiúde as lágrimas caísem pelas faces de homens e mulheres ao fecharem pela última vez a porta das velhas casas. Este foi um marco simbólico importante na conceptualização da necessidade de abandonar a velha aldeia, mesmo se, na realidade, o abandono se deu de uma forma paulatina. Todas as famílias guardaram uma chave e voltavam regularmente à velha casa nas semanas subseqüentes à mudança para irem buscar haveres deixados, coisas que se pensava originalmente não serem necessárias, para

levarem as galinhas que se tinham deixado nos quintais, para apanhar os últimos frutos e legumes das hortas que trabalhavam.

No dia da mudança, o contraponto da tristeza de deixar a velha casa era a chegada à casa nova. Um misto de emoção e de invocação dos aspectos práticos para anular tristezas, já que era necessário começar a ordenar e a impor algum sentido aos objetos nos seus novos lugares, fazer o essencial para pôr a casa a funcionar: colocar lâmpadas elétricas ou candeeiros novos previamente comprados, preparar as camas para a primeira noite na nova casa, começar a pendurar as roupas nos roupeiros. As mudanças despoletaram mecanismos de solidariedade familiares e vicinais – correntes em situações críticas em que as rotinas cotidianas são alteradas, como na morte e luto, mas também em alturas de cooperação e entreaajuda no trabalho, por exemplo –, em que parentes e sobretudo mulheres mais jovens das famílias vinham ajudar mães, sogras e tias a limpar os móveis, fazer as camas, trazer comida para as primeiras refeições no novo espaço ou a convidar os que se mudavam a ir comer à casa deles.

O ritmo de adaptação foi diferente consoante as casas. Algumas, com tudo mais organizado e que dispunham de mais ajudas, conseguiam em poucos dias ter “a casinha arrumada”; outras, com mais haveres e com menos auxílios, permaneciam com as divisões repletas de caixas cujos rótulos exteriores indicavam o destino próximo do que se encontrava no seu interior: quarto 1, quarto 2, cozinha 1, cozinha 2, sala, quintal etc.

Com todo o trauma a ela associado, a mudança para a nova aldeia teve também aspectos positivos: ambigualmente temida e desejada, ela possibilitou a consagração de um sonho de renovação que para muitos foi importante. Quase toda a gente investiu na compra de mobiliário novo, pelo menos para algumas divisórias da casa, e foi nítida a ênfase posta nas cozinhas. Mesmo quem dispunha de poucos meios financeiros comprou candeeiros novos, já que estes eram mais acessíveis e não era pensável ir para uma casa nova sem coisas novas. A proclamação de que “agora, com a mudança, são tudo casas de noivas” refere-se não apenas à

jocosidade com que se desejava felicidade aos casais na sua primeira noite na nova casa (e que era motivo de brincadeira sobretudo entre os casais mais idosos), “uma segunda noite de núpcias”, mas também ao fato de a ida para uma casa nova marcar normalmente uma etapa na vida das pessoas, que corresponde ao rito de passagem do casamento.

Simbolicamente, a casa na recém-criada aldeia correspondia a uma noção de revitalização que, no meio de tanta discussão e tristeza, não deixava de ser apelativa. Submetidos a uma série de ritos de passagem indesejáveis – de luto pela velha casa e aldeia, de transição de espaços –, os luzenses juntaram-lhes outros mais agradáveis: a noção da nova casa e da cama feita de novo para uma “noite de núpcias” simbólica são alguns desses exemplos.

## AO LONGO DO OUTONO

Não foi só a despedida das casas que se deu de forma gradual. A relação com os espaços públicos foi a mesma e pautou-se por um constante volver, de modo que estes só muito lentamente foram sendo abandonados: os poços e as fontes (sobretudo o poço velho no caminho das hortas) onde se continuou a ir buscar água, os campos onde se caçou durante todo o outono e onde se apanharam silarcas no inverno.

Na velha Luz existiam três cafés, dois na artéria principal que ligava a aldeia a Mourão, um num pequeno largo igualmente central, e ainda a Sociedade Recreativa Luzense. Um quarto café, localizado igualmente na rua de Mourão, foi sempre percebido mais como restaurante do que café e foi este o estabelecimento que se mudou primeiro para a nova aldeia, ainda antes da festa de setembro.

Era nesses espaços que se geria a intensa sociabilidade masculina: antes da refeição do meio-dia para se tomar uns copos e comer um petisco, ritual repetido e prolongado antes do repasto noturno e, após este, para beber o café ou os digestivos. O cos-

tume é realizar-se o périplo pelos vários estabelecimentos, volta que dura várias horas. Era ainda nos cafés que se viam os grandes jogos de futebol e outros espetáculos desportivos de interesse e que os grupos se juntavam para jogar as cartas ou para outros entretenimentos, como o caso da sala de *snooker* e de matraquilhos na sociedade.

Mesmo já com muitas famílias na aldeia nova, o palco das intensas sociabilidades centradas nos cafés continuou focado na velha aldeia até à mudança desses espaços. Durante todo o mês de setembro e parte de outubro, depois do jantar, o largo da velha aldeia transformava-se em parque de estacionamento de todos os que já residiam no novo núcleo e que “iam tomar o café na aldeia”. É interessante notar que mesmo as pessoas a habitarem já nas novas casas continuavam a referir-se à velha aldeia como “a aldeia” ou “a Luz”, noção expressa em frases como “Queres vir tomar café na aldeia?” ou “Vão para a Luz?”. Num esforço para se manter uma relação identitária com um espaço que se desfazia e se recriava noutro local, a invocação do nome da aldeia parecia de vital importância.

Esse panorama só mudou com a transferência dos cafés e da Sociedade Recreativa, no mês de outubro, o que marcou definitivamente a transposição do pulsar da vida social para a Nova Luz. A despedida do último café na velha aldeia foi uma longa noite de festa, em que se cantou, se chorou e se bailou, o grupo coral atuou e os acordeões soaram até de madrugada. Nessa altura, as casas de comércio da aldeia – três mercearias e uma padaria – já se tinham mudado. A partir daqui os resistentes que permaneciam no velho núcleo sentiam que “realmente aquilo ali já não é vida” e que “até para comprar uma caixa de fósforos é preciso ir à aldeia nova”.

## PENSAR UMA NOVA ALDEIA

Para a reinstalação da aldeia foi preciso repensar um novo aglomerado, a partir de 25 projetos-tipo e de alguns projetos especí-

ficos, que dessem de algum modo conta da diversidade de edifícios; a preocupação da equipe projetista era, na origem e conforme foi afirmado em vários dos documentos dela emanados, realizar uma operação de realojamento que contemplasse não apenas o patrimônio fundiário, mas espelhasse a identidade da aldeia, transpondo a imagem de uma povoação alentejana. Não obstante, ao longo dos anos de duração do projeto, geraram-se inúmeros conflitos e problemas de difícil resolução.

A ocupação das novas moradias, para além de obrigar as pessoas a perceberem e adaptarem-se a um novo espaço, confrontou-as com casas recém-acabadas e com os erros de projeto e de construção que já tinham sido objeto de confronto entre os luzenses e a EDIA ao longo de anos. Apesar de tentativas iniciais de entendimento entre as pessoas e a equipe projetista através da criação de uma comissão de luzenses que se reunia com os arquitetos, a partir de certa altura o diálogo tornou-se impossível e foi a EDIA, através do GRAL, que ficou encarregada do contato direto com a população – toda a discussão sobre as áreas das casas, anexos e quintais, os materiais a escolher para o revestimento dos chãos, acerca de trocas e negociações referentes a modificações nas casas passou a ter lugar na sede da EDIA na aldeia, e era aos técnicos do GRAL que as pessoas se dirigiam para qualquer reclamação.

No produto final e na adequação das casas para as vivências cotidianas das famílias surgiram inúmeros problemas. Alguns deles se reportam ao próprio projeto de urbanização, como a questão do deficiente escoamento das águas pluviais, que provocou inundações nos quintais de várias casas durante o primeiro outono/inverno passado na nova aldeia (2002-2003). Outros, com uma errada concepção do que é a vida dos habitantes da Luz, em que uma parte da população se dedica ainda à agricultura, aliada à criação de gado. A Aldeia da Luz faz parte dessa fração do país que ainda representa o que resta do mundo rural em vias de desaparecimento (Baptista, 1996). Uma aldeia alentejana em que os rituais da matança do porco, do fumeiro, do

fazer do vinho e da preparação da azeitona continuam a fazer parte de um modo de vida que o projeto de arquitetura não entendeu na plenitude.

As modificações introduzidas nos interiores das casas – a colocação de azulejos decorativos nas paredes dos corredores e de algumas salas, a introdução de colunas e arcos decorativos divisórios entre a cozinha e a sala e o investimento maçico no mobiliário das cozinhas são os exemplos mais recorrentes e notórios – prendem-se mais com a necessidade de apropriação de um espaço estranho, de cada um transformar à sua maneira e personalizar um território novo, que se quer diferente daquele do vizinho.

Pelas modificações e decorações inovadoras, construções nas traseiras – sobretudo nos quintais e tapadas –, por exemplo, de segundas cozinhas e chaminés destinadas ao fumeiro, fechamento de telheiros, construção de casões para abrigo de alfaias agrícolas ou animais, alterações nos muros circundantes das propriedades, entre outros, pode-se afirmar que a tipologia original se encontra totalmente ultrapassada.

Muitas das modificações realizadas nos exteriores prendem-se com questões de afirmação social, sobretudo por parte das famílias mais abastadas ou daquelas que, mercê dos ganhos conseguidos com a emigração, tinham feito mais investimentos e modernizado as suas casas na velha aldeia, num passado recente. Exemplo disso são os muros exteriores refeitos com vedações em ferro forjado, complementados com portões no mesmo material. Mas reduzir toda essa dinâmica aos aspectos da visibilidade social é, penso, extremamente redutor: muitas vezes a funcionalidade, as questões estéticas ou a necessidade de continuar esferas de sociabilidade que existiam na velha aldeia triunfam, como é o caso de um luzense que baixou o nível do muro do seu quintal,<sup>21</sup> para que a mulher pudesse continuar a conversar com a vizinha sem ter de sair de casa e, também, “para ter vista”. De um ou outro modo, subjacente está sempre a necessidade de apropriação simbólica do espaço.

21 Todas as paredes de divisória entre parcelas são bastante altas, acima de 2 m.

## “OS DE CÁ” E “OS DE FORA”

A Aldeia da Luz situava-se numa estrada que, vinda de Mourão, terminava na aldeia, só conduzindo, através de um caminho de terra batida, ao Castelo da Lousa, uma edificação romana junto ao Guadiana. Esse monumento arqueológico era o que levava mais pessoas a passarem pela aldeia, que mantinha um ritmo de vida bastante pacato. O Alqueva veio revolucionar as vivências da Luz e devassar intimidades.

A afluência de pessoas “de fora” começou com os primeiros estudos sobre a barragem e sobretudo com o início do projeto de construção da nova aldeia. Foram os primeiros inquiridos e os estranhos a porem intermináveis perguntas de porta em porta; os arquitetos e engenheiros a entrarem pelas casas, a contar e a medir tudo o que era susceptível de ser medido; os cineastas a fazerem filmes sobre a aldeia; os fotógrafos a editarem livros e a realizarem exposições de fotografias; os antropólogos e sociólogos a inquirirem sobre o processo de mudança.

Além desse primeiro tipo de invasão do exterior, mais relacionada com peritos das diversas áreas do trabalho a realizar, a Luz habituou-se a dois outros grupos de alógenos desconhecidos até então para a grande maioria da população: os imigrantes estrangeiros que vieram trabalhar para as obras de construção da aldeia e os turistas. O primeiro grupo permaneceu na aldeia durante todo o período de construção e obras, sensivelmente desde 1996 até 2003, tendo essa ocupação sido mais intensa entre 1998 e o verão de 2002. A velha Aldeia da Luz transformou-se num espaço de concentração de pessoas oriundas “dos quatro cantos do mundo”<sup>22</sup> a uma escala verdadeiramente surpreendente: havia vários grupos dos países de leste (sobretudo moldavos e ucranianos), outros dos Palop – guineenses, cabo-verdianos, angolanos –, de outros países africanos (por exemplo, senegaleses) e ainda brasileiros e paquistaneses. A maioria vivia em contentores e instalações fornecidas pelos empreiteiros e subempreiteiros das obras, mas alguns tinham alugado casas

<sup>22</sup> Usando uma expressão amiúde repetida pelos luzenses quando falavam desse fenómeno.

na aldeia. Vários homens provenientes dos países de leste trouxeram as suas mulheres e filhas, o que funcionou como um fator que facilitou a sua integração. Elas começaram também a trabalhar na Luz e foram mais tarde, durante o período das mudanças, uma mão-de-obra muito valorizada nas limpezas das casas, no dizer das luzenses: “as ucranianas que limpam muito bem”. Mesmo os grupos que não moravam na aldeia interagiam com os habitantes, já que, desprovidos de meios de locomoção próprios, se abasteciam de víveres nas mercearias e padaria locais. Muitos luzenses que nunca dali tinham saído se viram confrontados com homens de turbante na cabeça, línguas desconhecidas e modos de vida percebidos como diferentes dos padrões locais.

O terceiro grupo começou a invadir a Luz sobretudo no último ano antes da mudança, e ainda mais a partir do momento do fecho das comportas e da maior divulgação e presença do caso do Alqueva e da “aldeia que vai desaparecer” nos meios de comunicação social e, sobretudo, de todo um aproveitamento sensacionalista feito por esse grupo media sobre o caso da Luz. Durante os fins de semana do verão de 2002, chegavam a entrar diariamente cerca de 30 autocarros na velha aldeia, e as largas centenas de automóveis particulares provocavam longas linhas de tráfego e engarrafamentos a ponto de se ter de restringir a circulação de automóvel e se impor sentidos de circulação únicos. No Largo 25 de Abril, nas tardes tórridas dos domingos de agosto, muitas vezes havia mais turistas que autóctones.

Os luzenses viam o desfile de pessoas que para eles olhavam num misto de orgulho da sua afirmação da identidade local e de repúdio por um devassar de espaços e privacidades que sentiam como sua pertença. O orgulho estava aliado à constatação do interesse que os demais manifestavam pela sua aldeia antes desconhecida, pela notoriedade que o seu sacrifício lhes trouxe nacionalmente; mas essa atração pela fama envolve também o outro lado, uma certa saturação que foi aumentando à medida que os anos passavam, as obras avançavam e o número de visitantes cres-

cia, e eles começaram a sentir-se “olhados como se fossem peças de museu ou animais do jardim zoológico”.

Os turistas iam ainda ao Castelo da Lousa, até à altura em que este foi coberto de sacos de areia<sup>23</sup> e deixou de poder ser visitado. Essa avalanche de visitantes continuou até as obras de desmantelamento terem sido iniciadas e ter sido interdita pela EDIA a entrada na velha aldeia (fevereiro de 2003); continuou durante algum tempo, para ver a nova aldeia, que passou então a ser o palco dos engarrafamentos de fim de semana.

23 Medida decidida pelos arqueólogos que defendem que esta é a única maneira de se poder preservar essa edificação romana para gerações futuras, quando, daqui a umas centenas de anos, as águas baixarem de nível.

## CELEBRAÇÕES OFICIAIS E FESTEJOS INFORMAIS

Uma data especialmente importante foi o dia da saída dos santos da velha para a nova aldeia, ao fim da tarde de sábado, dia 19 de outubro. A igreja matriz tinha anteriormente sido esvaziada e os santos levados para a capela do Largo 25 de Abril. Foi daí que saiu a “procissão do adeus”,<sup>24</sup> o cortejo que levou os andores dos santos, a pé, da velha para a nova aldeia, onde ficaram guardados na nova igreja paroquial, única a ser utilizada para os atos de culto enquanto se aguarda a inauguração da nova igreja matriz – que é, aliás, o único edifício de todo esse complexo que foi projetado e construído como uma réplica do seu antecedente. Da velha igreja foram retirados vários elementos que se transpuseram para a nova construção – as colunas e outras pedras do alpendre, o pórtico frontal e o lateral, o batistério, o púlpito, as pinturas murais do altar-mor, os altares laterais de madeira, os candelabros e ainda outros elementos estruturais e decorativos.

No dia seguinte, domingo, o bispo de Évora realizou uma missa e procedeu à bênção solene da nova capela. A partir dessa data, deixaram de haver missas na aldeia antiga, e as mulheres que lá continuavam passaram a ter de se deslocar à nova aldeia para assistir aos atos de culto.

A 19 de novembro de 2002, a Nova Aldeia da Luz foi solenemente inaugurada pelo primeiro-ministro, já com a grande maio-

24 Como constava dos pôsteres afixados nos comércio e cafés locais.

ria da população a viver lá. Para lá das comemorações, dos discursos e das visitas oficiais, à noitinha houve uma refeição comunitária e um espetáculo multimédia, com som, luz e água. Mas a população sentiu esse dia, um dia de semana (terça-feira) em que muitos trabalharam, como aquilo exatamente que ele foi: um dia de inauguração oficial.

Os luzenses engendraram eles próprios as suas formas de se despedirem da aldeia. Duas semanas depois da inauguração oficial, organizaram uma vacada no velho Largo 25 de Abril, que, ao contrário das suas congêneres das festas de setembro, era destinada única e exclusivamente “aos da terra”. As pessoas refugiaram-se das vacas e dos touros dentro de casas vazias e já sem janelas e o bar foi improvisado na antiga mercearia do largo, nessa altura já a funcionar em pleno na nova aldeia.

Durante todo o outono e inverno de 2002, os luzenses deslocavam-se – como as hordas de turistas de fim de semana – para observarem a subida do nível das águas, que, num ano de pluviosidade elevada, foi aumentando a um ritmo assustador, sobretudo no período entre o Natal e as primeiras semanas de 2003. Os comentários das pessoas denotavam a surpresa por tudo acontecer tão rapidamente: “A fonte santa desapareceu quase de um dia para o outro... isto está um mar!” Com os seus mapas cognitivos e memórias da paisagem circundante completamente alteradas, é às gerações mais velhas que o panorama da águas mais impressiona, quando reconhecem que “agora já não me sei bem orientar; procuro coisas que já estão debaixo da água e que dantes a gente conhecia tão bem!...”

## OS JOVENS E OS VELHOS

A adaptação das pessoas aos novos espaços da aldeia foi-se processando ao ritmo dos acontecimentos e da apropriação dos territórios e das sociabilidades adequadas ao papel de cada um. A padaria, a partir do momento em que se estabeleceu na nova aldeia,

cumpriu o seu papel de local de intensa interação feminina, onde se comentam, logo pela manhã, as novidades do dia e da noite anterior. O mesmo aconteceu com as mercearias, nomeadamente porque o correio foi, durante o lapso de tempo que decorreu entre as mudanças e a inauguração oficial – data em que foram colocadas as placas com os nomes das ruas e os números das portas – entregue e subseqüentemente distribuído no estabelecimento que exercia oficialmente as funções de posto de correio local. A ida à queijaria ou à casa de mulheres que têm cabras e fabricam queijos, as deslocações à escola para ir buscar as crianças, as idas ao café, foram-se delineando e desenvolvendo à medida que a nova aldeia adquiria corpo. A circunstância das novas casas, do novo mobiliário, do esmero posto na decoração e das obras e melhoramentos realizados suscitou a multiplicidade de visitas às casas uns dos outros.

O ritmo da ciclicidade anual dos eventos foi trazendo as pessoas aos espaços públicos – as celebrações e o madeiro de Natal no Largo 25 de Abril, a comemoração da passagem do ano, também junto ao madeiro, com uma refeição comunitária e fogo de artifício. O final do ano foi também marcado pela celebração do primeiro casamento na nova aldeia: num cenário carregado do simbolismo de um ritual de agregação cumprido num espaço recém-criado e ele próprio num processo de apropriação coletiva, a noiva e seu séquito percorreu, pelas ruas da aldeia e perante o olhar público, a distância entre a casa dos seus pais e a Junta de Freguesia, no largo principal.

A lenta e difícil apropriação dos espaços públicos reflete, mais uma vez e à semelhança do que acontece com as casas, um projeto de urbanismo que não primou pela reflexão em torno dos modos de estar e das vivências das gentes da Luz.

Um dos problemas de circulação prende-se com a escala dessa nova aldeia, com ruas mais largas e em que as distâncias entre os seus extremos parecem incomensuravelmente maiores e intransponíveis. O estrato da população que mais queixas tem a esse respeito é a faixa etária mais idosa, que é também o grupo que mais usufrui dos espaços exteriores. Na velha aldeia, o Largo 25 de Abril

era o ponto de encontro dos homens, sobretudo ao fim da tarde, e era daí que os diferentes grupos divergiam para o périplo tradicional pelos cafés, numa partilha de petiscos e copos que acompanhavam as conversas. No novo núcleo o largo é um espaço devassado, sem intimismo, demasiado grande e por isso pouco acolhedor, facto agravado pela ausência de bancos, de árvores e de sombras – a única oliveira para aqui transplantada não consegue cumprir essas funções de estabelecer um espaço afável e convidativo, o que ilustra o problema da diminuição dos pólos que favoreciam a convivialidade e dos espaços de sociabilidade coletiva.

As mulheres também sentem a sua circulação restringida. Mercê de sucessivas heranças, junção e separação de propriedades pelo casamento, muitas famílias eram proprietárias, na velha aldeia, de mais que uma parcela. Essa dispersão das propriedades englobava também os quintais e as segundas cozinhas, onde, no dia-a-dia, se fazia o fogo e se cozinhava, que, sobretudo na zona mais antiga da aldeia – a Rua de Trás –, estavam distanciados das habitações e muitas vezes do lado oposto da rua. Isso fazia com que as mulheres fossem, na sua azáfama cotidiana, obrigadas a atravessar permanentemente a rua e a se cruzar com as vizinhas. Nas novas casas, as segundas cozinhas e quintais situam-se nas traseiras, mas dentro dos perímetros das casas, não proporcionando essas sociabilidades e encontros femininos.

Outra ocupação dos mais velhos se viu também anulada com a mudança: as hortas, situadas numa das extremidades da aldeia, eram trabalhadas por homens e mulheres, que daí extraíam legumes, hortaliças e frutas para o gasto da casa. A maior parte desses espaços não eram pertença de quem os trabalhava, mas sim por estes arrendados ou simplesmente – na grande maioria – emprestados sem encargos, já que os seus proprietários viviam fora ou deles não se podiam ocupar. O caminho das hortas era ainda percorrido pelas mulheres que iam aos poços buscar água ou ao lavadouro lavar colchas e mantas. Essas interações não foram retomadas na nova aldeia, onde as hortas são adjacentes às casas ou aos casões agrícolas, espalhadas por uma zona mais extensa que

anteriormente, e o lavadouro não entrou em funcionamento. Numa zona em que os mais velhos viveram a sua idade juvenil e adulta a trabalhar para os donos das terras, viram os triunfos e as derrotas da reforma agrária, e alguns participaram desses triunfos e dessas derrotas (Drain, 1992), são ainda estes que remodelam as suas posturas e se adaptam ao novo cenário de vida: vendem-se ovelhas ou cabras por causa da diminuição dos pastos, vai-se trabalhar para as casas que têm mais gado e que podem beneficiar-se melhor das novas hipóteses a serem criadas pela massa gigantesca de água que se avizinha.

A adaptação foi naturalmente mais fácil para os mais jovens, a faixa etária virada para o futuro e que melhor aproveitará as sinergias possibilitadas pela albufeira. A Luz é uma aldeia com uma vitalidade invulgar, se a compararmos com outras aldeias do interior do país, que contava, na época da mudança, em 2002-2003, com cerca de 20 jovens na faixa etária dos 15 aos 25 anos e mais de 25 crianças entre os 2 e 14 anos de idade. Foram esses jovens que fundaram a Associação de Jovens e o grupo de *rock* Nova Luz sensivelmente seis anos antes. A associação promoveu, nessa altura, uma peça de teatro inteiramente escrita, encenada e representada pelos jovens, cujo tema era a barragem e as suas consequências, um pouco uma sátira com aspetos de comédia e de drama, em referência ao cenário de perturbação que se vivia na aldeia – já que coincidiu com o período mais agudo de discussões acerca dos projetos de execução das casas. Essa *performance* mostrou o quanto o processo afetou também os mais jovens. De igual modo, do repertório de canções do Nova Luz uma das mais requestradas é a que termina com os seguintes versos:

|                                |                                           |
|--------------------------------|-------------------------------------------|
| Em nome do que há-de vir       | Ficas na minha memória                    |
| Tu vais partir, alguém te leva | Passou à história, já não seduz           |
| Vá lá, diz adeus ao mundo      | mas enquanto eu viver não te vou esquecer |
| Vais para o fundo do lago      | Aldeia da Luz                             |
| de Alqueva                     |                                           |

Alguns dos rapazes que tocam na banda de *rock* cantam também no grupo coral, composto inteiramente por elementos masculinos, seguindo a tradição alentejana, mas com vários grupos etários, desde os mais velhos aos mais novos. Em todas as atuações do grupo coral da Luz durante esse período conturbado, anterior e durante a mudança, havia uma canção que era sempre entoada, cuja letra foi composta por um dos seus elementos e que bem sintetiza a saga por que os luzenses passaram:

|                              |                           |
|------------------------------|---------------------------|
| Aldeia da Luz querida        | Muita gente há-de chorar  |
| Não posso nisto pensar       | Até os que cá não estão   |
| Quando for a despedida       | Quando for desenterrar    |
| Muita gente há-de chorar     | Quem está debaixo do chão |
| <br>                         |                           |
| Choram novos e choram velhos | Aqui nesta ocasião        |
| Choram todos quantos estão   | Nós teremos de abalar     |
| Tanta gente a chorar         | Vamos daqui com paixão    |
| Aqui nesta ocasião           | De não te poder levar     |

## VÍTIMAS OU HERÓIS – O REFAZER DA IDENTIDADE LOCAL

O processo psicológico e social de adaptação à nova situação foi sempre marcado por uma ambigüidade e um discurso que têm muitas vezes faces diversas consoante os interlocutores. Ao orgulho sentido pela “nova casinha” aliou-se a noção da penalização perante uma condição que as pessoas sentem que lhes foi imposta, mas que, no seio de um *ethos* que prima por um certo fatalismo – e mesmo um “conformismo suicida”, segundo alguns –, se habituaram a aceitar.

Se o fato de se terem sacrificado pelo bem do país acarreta o estatuto duplo de vítimas e heróis – fato bem-sentido pelas pessoas que se gabam de terem aceitado a cota máxima para o nível das águas, porque, “já que o país ia gastar dinheiro, então, que se fizesse bem, mesmo que saíamos sacrificados” –, à medida que o

tempo passou e o processo de concertação se foi materializando, os luzenses passaram de vítimas e heróis a reivindicadores; a ambigüidade dessas duas posições tem sido, também, a imagem veiculada pelos meios de comunicação social. Como em todos os casos de contestação social, foi necessário encontrar-se um culpado; nesse caso, a EDIA será sempre, em última análise, o inimigo, a entidade responsável pela desgraça que caiu sobre a Luz.

A complexidade do processo em curso foi (e é ainda), em grande parte, engendrada e alimentada por um discurso de imolação social, em que, para o exterior, cada um insiste na sua posição de vítima se comparado com o vizinho do lado, “beneficiado pela EDIA”. Isso sucede aos vários níveis da consciência pessoal e social: mesmo as pessoas que sentem que o processo lhes foi favorável e se consideram contentes e orgulhosos com a sua “nova casinha” apressam-se logo em seguida a reiterar os lados negativos do seu caso e a afirmar que, no geral, “ficaram pior que os vizinhos”. Foram sobretudo as famílias com um nível social e econômico mais confortável e que haviam feito recentes melhoramentos nas suas casas que se sentiram mais lesadas com o nivelamento social que a imposição de tipologias nos projetos para a construção das casas deu, e foram também estes que se apressaram a introduzir mais modificações nas novas moradias.

Em termos de estratégias identitárias dos vários grupos sociais, os de estatuto social e econômico mais elevado são os que tendem menos a desenvolver o discurso da comparação pela negativa e viram o ônus dos seus dissabores para a EDIA, culpada de uma tendência para um nivelamento social patente na uniformidade arquitetônica das casas que não lhes agrada. Nas famílias de condição socioeconômica mais baixa, o processo despoletou a verbalização de toda uma consciência velada das diferenças sociais.

Para uns e outros, de qualquer modo, o bode expiatório de todas as maleitas reais ou simbólicas por que têm passado foi, e continua a ser, a empresa responsável por Alqueva. Essa necessidade de objetivar e imputar culpas e ódios se traduziu também

na proclamação de que “não se deixa lá nada para a EDIA” e, na prática, na retirada pelos próprios da maioria dos materiais das antigas casas – portas, janelas e marquises, telhas, vigas e outros elementos estruturais dos edifícios. O que resultou também num certo conforto psicológico, já que foram os próprios luzenses os agentes ativos do início do desmantelamento da velha aldeia.

### UMA ALDEIA COM ESPELHO

Da velha Aldeia da Luz, hoje em dia nada resta: tudo foi arrasado, reduzido a escombros ou reciclado – com o fim de preservar a qualidade da água e o bom aproveitamento da albufeira, mas também para proteger a memória de um local que as pessoas querem “conservar na lembrança como ele era, e não destruído”.

Apesar de toda a contestação e aspectos necessariamente complexos num processo dessa envergadura, o realojamento da Luz refletiu a vontade da população de permanecer uma enquanto comunidade, ao contrário do caso da Barragem de Vilarinho, no Minho, em que as pessoas foram desalojadas e se dispersaram completamente, conforme relato de Novaes (1973), e dos casos estudados por Reis e Bloemer (2001) nos exemplos de reassentados devido à construção de hidroelétricas pela Eletrosul, na zona Sul do Brasil.

Passados quase quatro anos após a mudança, a nova aldeia está rodeada por um imenso espelho de água, projetos inovadores de investimento e desenvolvimento, mas algumas dificuldades de adaptação e vivências no novo espaço não estão ainda sanadas. Resta esperar e ver como as pessoas e as coisas recordarão esse período conturbado e que indubitavelmente marcará para sempre a Nova Aldeia da Luz e as suas gerações vindouras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAILEY, F. G. *The tactical uses of passion. An essay on power, reason and reality*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- BAPTISTA, Fernando O. “Declínio de um tempo longo”. *O voo do arado*. Lisboa: IPM, 1996.
- CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo. Uma sociedade rural portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- DAVEAU, Suzanne. “Bases geográficas do problema da Barragem do Alqueva, achegas pra a sua representação”. *Finisterra*, v. XII, n. 24, 1977.
- DRAIN, Michel. “L’agriculture portugaise est-elle condamnée?”. *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Toulouse, tomo 63, fasc. 2, p. 255-74. 1992-1993.
- \_\_\_\_\_. “La Península Ibérique”. *Les Conflits por l’Eau en Europe Méditerranéenne, Espace Rural*, Montpellier: Université Paul Valéry Montpellier III, n. 36, p. 19-47. 1996a.
- \_\_\_\_\_. “Les conflits pour l’eau autour du Guadiana”. *Les Conflits pour l’Eau en Europe Méditerranéenne, Espace Rural*, Montpellier: Université Paul Valéry Montpellier III, n. 36, p. 115-29. 1996b.
- \_\_\_\_\_. “Planificación de las aguas peninsulares a escala europea”. *Actas do Congreso Ibérico sobre Gestión y Panificación de Aguas*. Zaragoza, 1998, p. 847-55.
- \_\_\_\_\_. “Les identités territoriales du Portugal. Le poids des imaginaires”. *Lusotopie*, n. 2, p. 159-63. 2002.
- FONSECA, Isabel Maria Carvalho. *Aldeia da Luz*. Direção Geral de Ordenamento do Território (documento policopiado, s/d).
- FRANÇA, Luís de. *Comportamento religioso da população portuguesa*. Lisboa: Moraes Editores, IED, 1981.
- IHERA. *Estudo prévio de emparcelamento rural da Freguesia da Luz*. Lisboa: Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA), Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ago. 1999.
- LUTZ, Catherine. *Unnatural emotions. Everyday sentiments on a*

- micronesian atoll and their challenge to western theory*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- LUTZ, Catherine e ABU-LUGHOD, Lila. *Language and the politics of emotion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- LUTZ, Catherine e WHITE, Geoffrey. "The anthropology of emotions". *Annual Review of Anthropology*, n. 15, p. 405-36. 1986.
- LUZ, Carlos da. *Requiem pela Aldeia da Luz. Subsídios para a denúncia de um etnocídio planeado*. Aljezur: Suledita, 2000.
- MONTEIRO, Sandra. "O espiritual e o temporal na memória da Luz". *Museu da Luz, Catálogo*. Luz: EDIA, 2003.
- NOVAES, Gladys. "A retirada de Vilarinho das Furnas". *Geographica*, n. 33, p. 53-71. 1973.
- OLIVEIRA, Ernesto V. de e GALHANO, Fernando. *Arquitetura tradicional portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- REIS, Maria José. "O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e a recriação dos espaços". *Hidroeléctricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- REIS, Maria José e BLOEMER, Neusa. *Hidroeléctricas e populações locais*. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- ROSALDO, Michelle. "Toward an anthropology of self and feeling". In: SHEWDER, Richard e LEVINE, Robert (eds.). *Culture theory*. New York: Cambridge University Press, 1984.
- SARAIVA, Clara. "Diálogos entre vivos e mortos". *Corpo presente. Treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Lisboa: Celta, 1996, p. 172-83.
- SERRÃO, Adérito. "Alqueva, uma alavanca de progresso para o Alentejo no século XXI". *Alqueva, centro do mundo? Actas da 8ª Edição dos Encontros de Monsaraz*. Monsaraz: Associação de Defesa dos Interesses de Monsaraz (ADIM), 1999.
- SILVA, António Carlos e LANÇA, Maria João. "Alqueva: 4 anos de investigação arqueológica para a cultura e o desenvolvimento". *3º Colóquio de Arqueologia*. Universidade de Évora, EDIA, DAP, 2001.
- SILVA, Antunes da. *Alqueva, a grande barragem*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

WATEAU, Fabienne. “Barrages, identités et frontières. Des barrages sur rivières frontalières (Sela et Alqueva)”. *Globalización, fronteras culturales y políticas, y ciudadanía. Actas del VIII Congreso de Antropología*. Santiago de Compostella, 1999, p. 229-44.

\_\_\_\_\_. “Du Portugal à l’Europe. Effets d’échelles, de Melgaço à Alqueva”. *Lusotopie*, n. 2, p. 165-76. 2002.

---

CLARA SARAIVA é antropóloga social e cultural, investigadora auxiliar, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, e docente convidada do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.